

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 8873/2021

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada para a REALIZAÇÃO DE ESTUDO LIQUÓRICO COM BANDAS OLIGOCLONAIS, para atender as necessidades dos pacientes internados no Hospital Municipal Raul Sertã, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante: Hospital Municipal Raul Sertã;

1.3. Fundamentação legal: A presente contratação se dará preferencialmente por meio de Pregão Eletrônico com base na Lei 10.520/2002 c/c 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 599/2020, salvo nos casos em que o valor não ultrapassar o limite de R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) o que poderá dispensar a Licitação, com base nos arts. 24 e 25 da Lei 8.666/93, desde que não fracionado o elemento de despesa;

1.4. Período: 12 (doze) meses a partir da assinatura do instrumento contratual;

1.5. Tipo: Menor preço unitário nos termos da Lei nº. 8666/93.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

CATSER	Item	Especificação	Unidade	Quantidade
471865	1	REALIZAÇÃO DE ESTUDO LIQUÓRICO COM BANDA OLIGOCLONAIS.	Unidade	12

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO CONTRATADO

3.1. A presente contratação possui o fito de atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã frente a crescente demanda de pacientes com doenças neurodegenerativas, entre outras.

3.2. O exame de estudo liquórico com bandas oligoclonais é essencial para fechar um diagnóstico mais preciso de determinadas doenças, como esclerose múltipla entre outras, viabilizando um tratamento mais adequado para cada paciente.

3.3. A Unidade Requisitante informou no documento requisitório (Anexo I) acostado às fls. 03, que os efeitos devastadores da Pandemia da COVID-19 afetou diretamente a rotina hospitalar, o que inviabilizou a indicação de qualquer histórico de consumo mais preciso.

3.4. O quantitativo de exames indicados pelo Hospital Municipal Raul Sertã fora acrescido de uma margem de segurança buscando, desta feita, atender de forma satisfatória a demanda da Unidade de Saúde pelo período de 12 (doze) meses.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Não poderão participar do referido procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

5. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços serão realizados no Hospital Municipal Raul Sertã localizado na Rua General Osório, nº 324, Centro, Nova Friburgo/RJ.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes dos serviços prestados correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho abaixo especificados:

6.1.1. Elemento de despesa: 33.90.39-60;

6.1.2. Fonte de recurso: 07 – SUS;

6.1.3. Programas de Trabalho: 30001.1030200702.188;

6.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.

7. DA LIQUIDAÇÃO

7.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento da despesa será efetuado conforme preleciona o Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

- 8.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 8.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 8.1.3. FGTS;
- 8.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 8.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 8.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2. O pagamento da despesa será efetuado mensalmente de acordo com o quantitativo de exames realizados pela CONTRATADA.

8.3. A CONTRATANTE somente arcará com o pagamento dos exames realizados pela CONTRATADA.

8.4. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.5. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1. Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o Termo de Referência;

9.1.2. Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

9.1.3. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

9.1.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

9.1.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

9.1.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.1.7. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital;

9.1.8. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos e subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

10.1.2. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.1.3. Emitir a Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA, constando detalhadamente as indicações referentes à prestação do serviço, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal;

10.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.6. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio da Contratante ou de terceiros, advindos de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, devendo adotar, dentro de 48 horas, as providências determinadas pela Contratante, necessárias ao ressarcimento ou à reposição, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções. Não cabe à Contratante qualquer responsabilidade por atos de negligência dos empregados da Contratada durante o horário de trabalho;

10.1.10. Substituir, os materiais e equipamentos considerados inadequados;

10.1.11. Registrar a entrada e identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante;

10.1.12. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.13. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.1.14. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, quando for o caso;

10.1.15. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

10.1.16. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

10.1.17. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.1.18. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.1.19. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.20. Não permitir qualquer trabalho exercido por menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos. Nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO PRAZO DE INÍCIO E DE ENTREGA DO SERVIÇO

12.1. O prazo para início da execução dos serviços será imediato após a assinatura do instrumento contratual.

12.2. Os procedimentos deverão ser realizados sempre quando solicitados pela CONTRATANTE.

13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

13.2. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados (as) os (as) agentes públicos (as) abaixo informados (as):

Gestores:

FERNANDA NEVES DA VEIGA PACHECO – MAT. 062.640 – GESTORA TITULAR;

CERES LOURENÇO TEIXEIRA – MAT. 062.195 – GESTORA SUBSTITUTA;

Superior Imediato:

VANIA LÚCIA VIEIRA HUGUENIN – MAT. 062.434;

Fiscal:

AMANDA OLIVEIRA GUIMARÃES QUIMA – Mat. 200.0950;

13.3. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste contrato.

13.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

14.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.



16.2. Comete infração administrativa:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

16.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.4. Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

16.4.1. Advertência;

16.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

16.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

16.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

16.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

16.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

18. DA RESCISÃO

18.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

18.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

18.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

18.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste Termo de Referência.

19.2. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços constante na IN – 5/2017 – Modelo Anexo VII-D.

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de



qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Termo de Referência elaborado por:

Fernanda Veiga Pacheco
Gestão de Processos, Contratos e Convênios
Matrícula 062.640

Ratifico o teor do presente Termo de Referência, nos termos da lei Federal nº 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137